

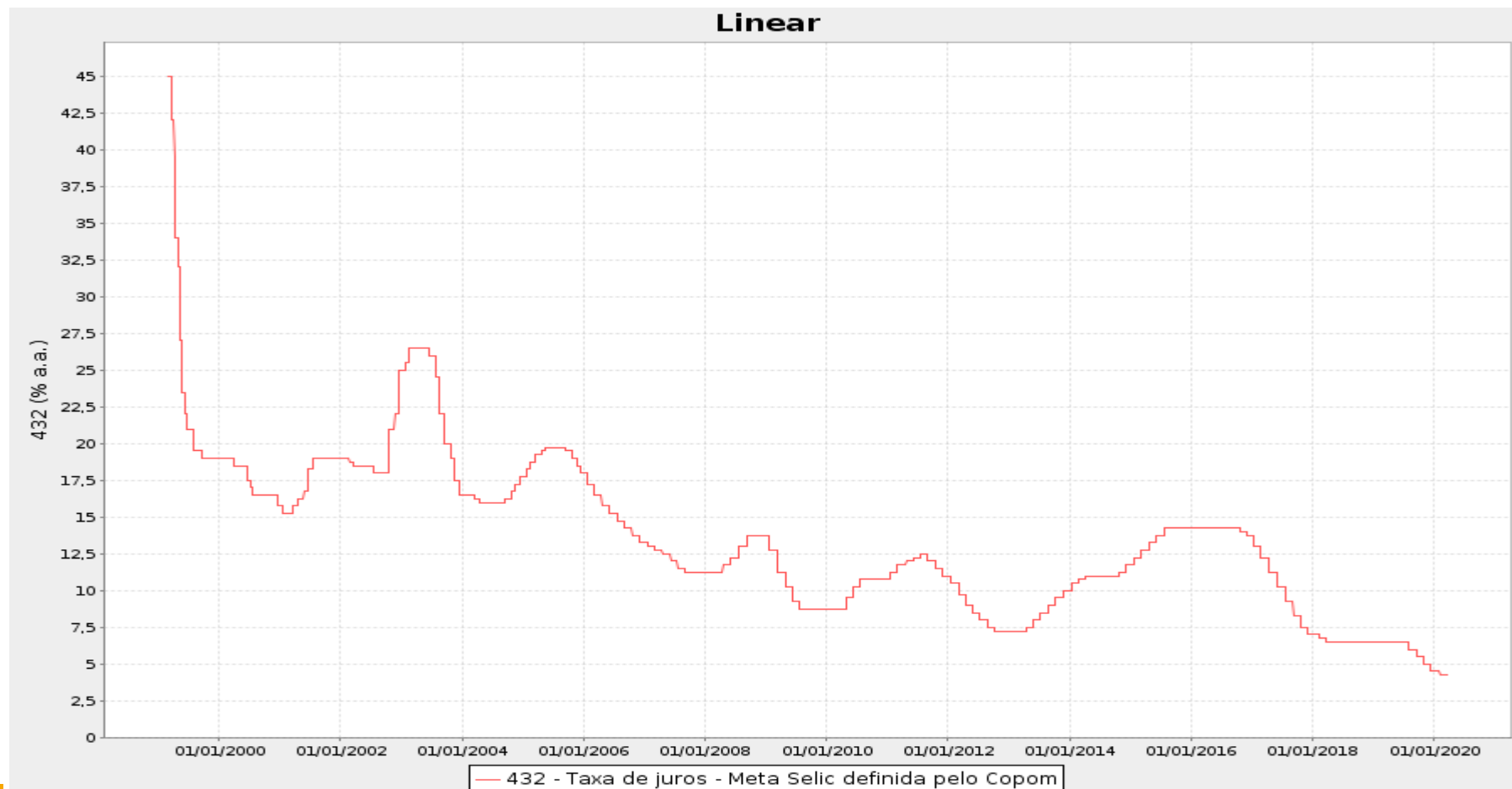
TETO DA TAXA DE JUROS EMPRÉSTIMO CONSIGNADO INSS E PRAZO DAS OPERAÇÕES

Enquanto a SELIC caiu quase pela metade no período de setembro de 2017 a março de 2020 (de 8,25%a.a. para 4,25%a.a.), o teto do juros consignado do INSS permaneceu no mesmo patamar.

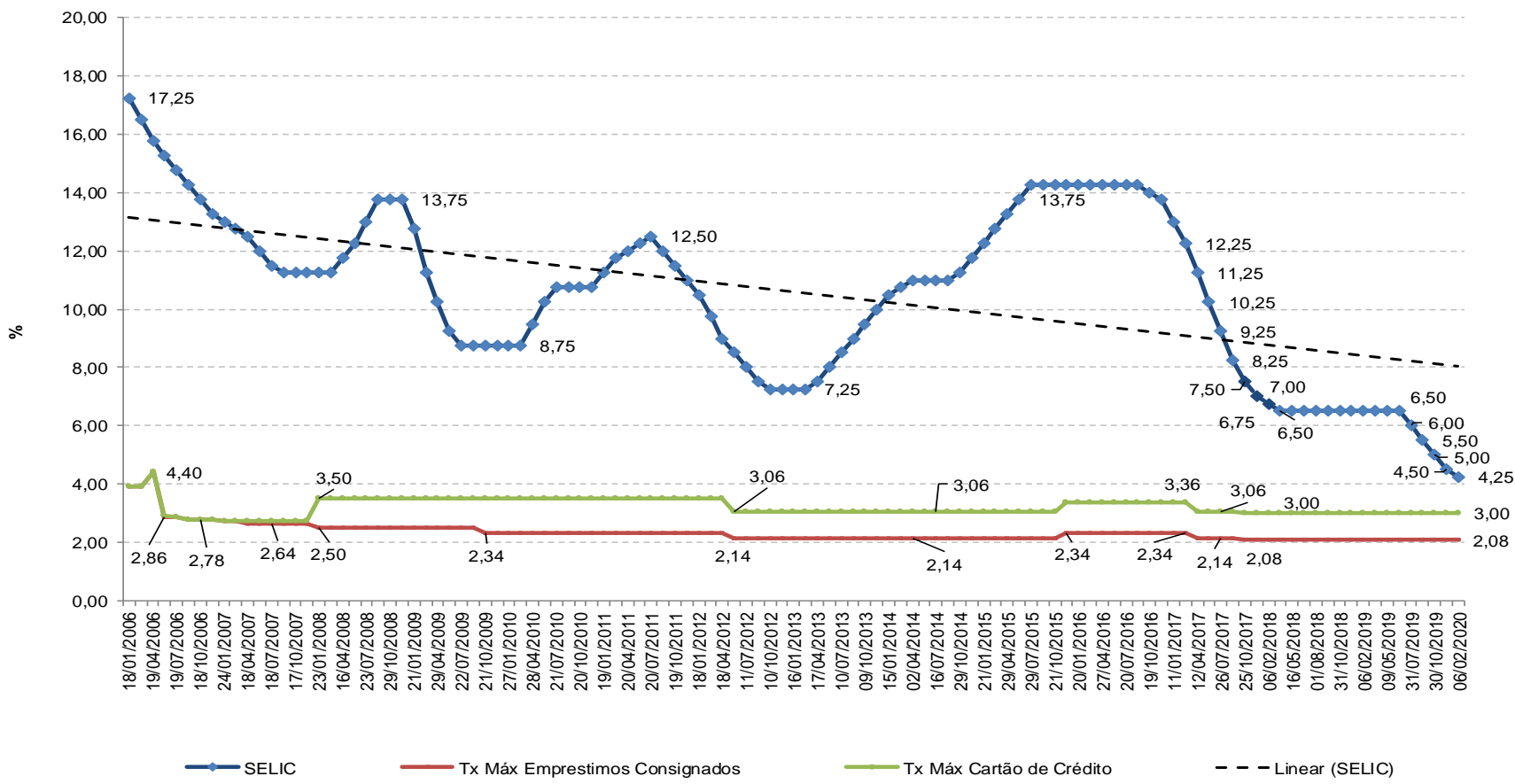
| Mês | Consignado INSS % a.m. | Cartão de Crédito INSS %a.m. | Taxa SELIC %a.a. |
|------------|-----------------------------------|---|-----------------------------|
| out/15 | 2,34% | 3,36% | 14,25 |
| mar/17 | 2,14% | 3,06% | 12,25 |
| set/17 | 2,08% | 3,00% | 8,25 |
| mar/20 | 2,08% | 3,00% | 4,25 |

Evolução da SELIC em %a.a.

A taxa SELIC se encontra no seu menor patamar desde 1999.



Enquanto a taxa SELIC caiu praticamente pela metade entre final de 2017 e março de 2020, não houve alteração do teto do juros do empréstimo consignado do INSS, havendo um descompasso das trajetórias.



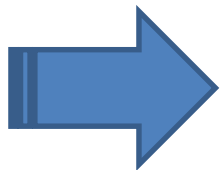
PROPOSTA

- Prazo médio das operações está muito próximo do limite atual (67 meses em dezembro de 2019);
- Proposta se enquadra no conjunto de medidas visando reduzir os impactos do coronavírus sobre a economia e a saúde;

TETO DA TAXA DE JUROS

Consignado INSS: **1,80% a.m. / 23,87% a.a.**

Consignado INSS Cartão: **2,60% a.m. / 36,07% a.a.**



PRAZO MÁXIMO DAS OPERAÇÕES

Ampliar o prazo máximo de 72 para 84 meses

PROPOSTA DE MINUTA DE RESOLUÇÃO DO CNPS

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO **CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL** RESOLUÇÃO Nº XXXX, DE 17 DE MARÇO DE 2020

O Plenário do Conselho Nacional de Previdência Social, em sua 269ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de março de 2020, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, resolveu:

Art. 1º Recomendar que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS:

I – fixe o teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário para um inteiro e oitenta centésimos por cento (1,80%) e para as operações realizadas por meio de cartão de crédito para dois inteiros e sessenta centésimos por cento (2,60%); e

II – adote as providências necessárias para elevar o prazo máximo de pagamento nas operações de empréstimo e de cartão de crédito firmadas com instituição financeira, relativas à oferta de crédito consignado ao aposentado e pensionista do INSS, para o limite de 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.